ÁREA TEMÁTICA: Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

O TERCEIRO SETOR COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM OLHAR A PARTIR DE UMA INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA NO PIAUÍ

Resumo

Este estudo analisou a contribuição do Terceiro Setor para o desenvolvimento local de um município piauiense, a partir da percepção de trabalhadores e usuários de uma instituição filantrópica. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, descritivo-exploratória, do tipo pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, analisadas mediante Análise Temática. Os resultados foram organizados em três dimensões: ações desenvolvidas pela instituição nas áreas social, educacional e de saúde; limites e potencialidades de sua atuação no território; e percepções dos participantes sobre os impactos dessas ações. Constatou-se que a instituição atua como rede de suporte social, agente de inclusão educacional e provedora de serviços de saúde especializados, diante de lacunas do sistema público. Ao mesmo tempo, enfrenta limites como a dependência financeira e a falta de continuidade no atendimento a adultos, mas também apresenta pontos fortes, como a capacidade de buscar recursos e o alcance regional de seus serviços. Conclui-se que a instituição exerce um papel complementar às políticas públicas, na garantia de direitos sociais, educacionais e de saúde. O estudo contribui para o debate sobre o Terceiro Setor e desenvolvimento local do Piauí.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Terceiro Setor; APAE; Vazios institucionais.

Abstract

This study analyzed the contribution of the Third Sector to local development in a municipality in Piauí, Brazil, based on the perceptions of workers and users of a philanthropic institution operating in the fields of health, education, and social assistance. The research was qualitative, descriptive-exploratory, structured as field research, with data collected through semi-structured interviews, analyzed using Thematic Analysis. Results were organized into three dimensions: actions developed by the institution in the social, educational, and health fields; limits and potentialities of its activity in the territory; and participants' perceptions of the impacts of these actions. The institution was found to act as a social support network, an agent of educational inclusion, and a provider of specialized health services in the face of gaps in the public system. At the same time, it faces limits such as financial dependency and lack of continuity in care for adults, but also shows strengths such as its ability to seek resources and its regional reach. It is concluded that the institution plays a role that goes beyond complementing public policy, often substituting for the State in guaranteeing social, educational, and health rights. The study contributes to the debate on the Third Sector and local development in Piauí.

Keywords: Local development; Third Sector; APAE; Institutional voids.

1. Introdução

A sociedade brasileira é marcada por desigualdades históricas que, apesar dos avanços das últimas décadas, ainda dificultam o acesso a direitos básicos, especialmente entre as populações mais vulneráveis. O enfrentamento dessas desigualdades exige não apenas a atuação do Estado, mas também o envolvimento de diferentes atores sociais comprometidos com o desenvolvimento e a inclusão social. É nesse espaço entre a garantia legal dos direitos e sua efetivação na prática que o Terceiro Setor tem ampliado sua atuação, diante das limitações orçamentárias e burocráticas do poder público e da lógica econômica do mercado (Fernandes, 2025).

A relevância do setor pode ser observada nos seus impactos: o país possui mais de 897 mil organizações da sociedade civil em funcionamento (IPEA, 2025), responsáveis por mais de 6 milhões de empregos (Observatório do Terceiro Setor, 2023), evidenciando um papel que vai além da filantropia e alcança a economia e o desenvolvimento social. Esse crescimento foi favorecido pela Lei nº 13.019/2014, que regula as parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, ainda que a qualidade e a continuidade das ações dependam de fatores que extrapolam o marco legal.

Nesse cenário, ganha centralidade o conceito de Desenvolvimento Local, entendido por Araújo e Theóphilo (2021) como mudanças concretas voltadas à melhoria das condições de vida, e não apenas ao crescimento de indicadores econômicos, e ampliado por Silva (2023) como resultado da articulação entre as dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental de um território. Diante da fragilidade ou ausência de instituições formais capazes de atender a essas demandas, os chamados vazios institucionais (Khanna; Palepu, 1997) abrem espaço para que organizações do Terceiro Setor assumam funções relevantes, com a própria comunidade passando a participar do planejamento, da execução e da avaliação das ações voltadas a seu território.

Nesse contexto, insere-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Piripiri, instituição filantrópica fundada em 1992 que atua há mais de três décadas nas áreas de saúde, educação e assistência social, oferecendo atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual, física e auditiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras síndromes, consolidando-se como referência regional no Território dos Cocais.

Diante do exposto, este estudo busca responder: de que forma o Terceiro Setor contribui para o desenvolvimento local de um município piauiense, considerando a percepção dos servidores e dos usuários de uma instituição filantrópica? Definiu-se como objetivo geral analisar a contribuição do Terceiro Setor para o desenvolvimento local de um município piauiense, a partir da percepção dos trabalhadores e dos usuários de uma instituição filantrópica. De forma específica, buscou-se: (i) identificar as ações desenvolvidas pela instituição voltadas ao desenvolvimento local, nas dimensões social, educacional e de saúde; (ii) examinar os limites e as

potencialidades da instituição como agente de desenvolvimento local; e (iii) verificar a percepção do impacto dessas ações para o desenvolvimento local do município.

O presente artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução: referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados e considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Desenvolvimento local

O desenvolvimento local é compreendido como um processo endógeno, que parte do próprio território e de seus atores. Para Buarque (2002), trata-se de um processo capaz de gerar dinamismo econômico e melhorar a qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais, aproveitando recursos e potencialidades internas. Santos (2006) alerta que modelos orientados exclusivamente pela lógica do mercado tendem a ampliar as desigualdades entre territórios, o que reforça a necessidade de compreender o desenvolvimento local para além do crescimento econômico, incorporando dimensões sociais, políticas e ambientais.

Nessa direção, Martins, Vaz e Caldas (2010) destacam que não existem fórmulas universais para o desenvolvimento local, pois cada território constrói seu próprio caminho a partir de suas especificidades históricas e sociais e da participação cidadã na gestão pública. Mazzi, Marques e Ripoll (2022) acrescentam que esse processo tem como ponto central a valorização da pessoa humana, que deve ser protagonista das mudanças em seu território, e não apenas beneficiária delas. O desenvolvimento local, portanto, depende da articulação entre diferentes atores sociais, entre os quais se destacam as organizações do Terceiro Setor, discutidas a seguir.

2.2 Terceiro Setor no Brasil e no Piauí

Segundo Madeira e Biancardi (2003), o Terceiro Setor tornou-se um pilar da sociedade moderna, ao lado do Estado e do setor privado, sendo reconhecido como setor específico da economia a partir dos anos 1990. No Brasil, esse movimento ganhou força a partir da Constituição Federal de 1988, quando o Terceiro Setor passou a atuar junto ao Estado na garantia dos direitos sociais (Cardoso et al., 2020). O principal marco legal do setor é a Lei nº 13.019/2014, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que, segundo Cirino (2020), respondeu a incertezas jurídicas históricas ao criar regras mais claras para as parcerias, orientadas pela legalidade, transparência e controle, definindo três instrumentos: o termo de colaboração, o termo de fomento e o acordo de cooperação (BRASIL, 2014). Apesar dos avanços trazidos pela lei, persistem desafios como a dificuldade de sustentabilidade financeira e a necessidade de modelos de governança mais colaborativos (Almeida, 2025), o que alimenta o debate entre autores que veem no Terceiro Setor uma terceirização das responsabilidades públicas e os que o compreendem como espaço essencial de participação e mobilização social (Montaño, 2002; Fernandes, 1994).

Estudos empíricos confirmam esse papel: Brito (2014) evidenciou a contribuição de uma associação de criadores para a geração de emprego e renda local, enquanto Bittencourt (2013) destaca o território como espaço estratégico de inovação social sustentado por redes de cooperação. No Piauí, o Sistema Estadual de Incentivo à Inclusão e Promoção Social (SEIPS) e o Projeto de Lei nº 237/2025 buscam ampliar o financiamento e a segurança jurídica das organizações da sociedade civil, que, mesmo diante de investimentos públicos relevantes, seguem atuando de forma complementar diante das limitações do Estado em atender plenamente as demandas sociais (Mioto; Nogueira, 2013; PIAUÍ, 2025).

2.3 Vazios institucionais e o papel do Terceiro Setor

Mair e Martí (2009) definem vazios institucionais como situações de ausência ou inadequação das instituições formais para lidar com problemas sociais específicos, como pobreza, e falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação e emprego. Em países emergentes como o Brasil, essa lacuna amplia a relevância do Terceiro Setor como alternativa de entrega de benefícios a comunidades menos favorecidas (Colovic; Schruoffeneger, 2021), fenômeno que se intensifica em estados com indicadores socioeconômicos historicamente baixos, como o Piauí (FGV IBRE, 2023). Compreende-se, portanto, que os vazios institucionais e a atuação do Terceiro Setor encontram-se diretamente interligados, na medida em que as organizações da sociedade civil surgem como resposta às carências não atendidas pelas instituições formais, atuando com foco no impacto social e no envolvimento comunitário.

3. Metodologia

A pesquisa caracterizou-se como um estudo qualitativo, de natureza descritivo-exploratória, do tipo pesquisa de campo, voltado a compreender a contribuição do Terceiro Setor para o desenvolvimento local de um município piauiense a partir da percepção de trabalhadores e usuários de uma instituição filantrópica. A abordagem qualitativa justificou-se pela necessidade de explorar fenômenos sociais complexos e captar significados, crenças e motivações que não podem ser plenamente apreendidos por variáveis quantitativas (Minayo, 2014; Denzin; Lincoln, 2006). O caráter descritivo relacionou-se à identificação e descrição das percepções dos participantes, enquanto o caráter exploratório permitiu ampliar a compreensão da relação entre a instituição e o desenvolvimento local (Gil, 2002; 2019).

A pesquisa foi realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Piripiri-PI, fundada em 1992 e referência regional no Território dos Cocais, composto por 22 municípios (PIAUÍ, 2017). Piripiri possui cerca de 67.887 habitantes (IBGE, 2025) e concentra órgãos regionais de educação e saúde. A instituição atua há mais de três décadas nas áreas de assistência social, saúde e educação: mantém o Centro Especializado em Reabilitação Dr. Emílio Victório Filho (CER II), que atende cerca de 1.100 usuários mensais; o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), com 184 pessoas atendidas; e acompanha 1.272 famílias por meio do Serviço de Proteção Social Especial, contando com equipe interdisciplinar de 80 profissionais.

Os sujeitos da pesquisa foram trabalhadores e usuários dos serviços da instituição, selecionados por acessibilidade (Vergara, 2016), com participação voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados ocorreu entre abril e maio de 2026, por meio de entrevistas semiestruturadas (Triviños, 1987; Manzini, 2012), gravadas em áudio e posteriormente transcritas, abordando a caracterização institucional, as ações desenvolvidas nas dimensões social, educacional e de saúde, e as percepções sobre limites, potencialidades e impactos da instituição. Os oito usuários entrevistados eram, em sua maioria, responsáveis por pessoas atendidas, com tempo de vínculo entre seis meses e dezessete anos, residentes em zona urbana e rural; os três trabalhadores possuíam entre dois e seis anos de atuação na instituição.

Os dados foram analisados por meio da Análise Temática de Braun e Clarke (2006), que permitiu identificar regularidades, convergências e divergências nos discursos, organizadas em categorias temáticas relacionadas às dimensões social, educacional e de saúde, bem como aos limites, potencialidades e impactos percebidos. Para preservar o anonimato, os oito usuários entrevistados foram identificados como E1 a E8 e os três trabalhadores como T1 a T3. A pesquisa observou os princípios éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo autonomia, não maleficência, beneficência e justiça aos participantes.

O Quadro 1 sintetiza o perfil sociodemográfico dos participantes entrevistados.

Entrevistado	Vínculo	Serviço(s) utilizado(s)	Tempo	Área
E1	Usuário direto	Saúde	1 ano	Zona rural
E2	Usuário direto	Saúde	1 ano	Zona rural
E3	Usuário direto	Saúde	5 anos	Zona urbana
E4	Responsável	Saúde + Educação	6 meses	Zona urbana
E5	Responsável	Saúde + Educação	9–10 anos	Zona urbana
E6	Responsável	Saúde + Educação + Ass. Social	17 anos	Zona urbana
E7	Responsável	Saúde + Educação	2 anos	Zona urbana
E8	Responsável	Saúde + Educação	2 anos	Zona rural
T1	Trabalhadora	—	6 anos	—
T2	Trabalhador	—	3 anos	—
T3	Trabalhadora	—	2 anos	—

Fonte: elaborado pela autora (2026).

4. Análise e Discussão dos Resultados

Os dados coletados por meio das entrevistas foram submetidos à Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006), resultando na identificação de cinco temas que estruturam a contribuição da instituição pesquisada ao desenvolvimento local do município: a instituição como rede de suporte social; a educação especializada como porta de inclusão; os serviços de saúde que suprem lacunas do sistema público; os limites e potencialidades de sua atuação no território; e a percepção do impacto de suas ações.

4.1 A instituição como rede de suporte social

A instituição pesquisada atua como agente de desenvolvimento local ao promover o acesso a direitos sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares das pessoas atendidas. No primeiro eixo, funciona como porta de entrada para o diagnóstico de deficiências e para a orientação quanto ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio da equipe de assistência social, que verifica as condições socioeconômicas das famílias e orienta seus direitos (T2). Essa mediação é confirmada pelo relato de uma usuária, que só conseguiu o benefício para o filho após o ingresso na instituição. Essa atuação aproxima-se do que Calista e Tomaz (2025) descrevem como função do assistente social: articular saúde, educação e assistência social, combinando a mobilização por direitos com a escuta às famílias.

O segundo eixo refere-se ao fortalecimento dos laços afetivos, frequentemente desgastados pela sobrecarga do cuidado solitário exercido majoritariamente pelas mães (Fietz, 2023). Relatos de trabalhadoras e usuárias indicam que o acompanhamento da instituição contribui para reduzir esse desgaste e reconstituir vínculos familiares, como relatou uma usuária: "Mudou pra mim e pra ele. E pra irmã dele, o irmão dele. A família ficou mais unida" (Usuária 7). Esse achado dialoga com Mazzi, Marques e Ripoll (2022), para quem o desenvolvimento local deve valorizar o ser humano como protagonista, e não apenas beneficiário das mudanças em seu território.

Ao mediar o acesso a benefícios sociais e oferecer suporte e cuidado, a instituição atua sobre duas limitações centrais dessas famílias, o desconhecimento sobre direitos e o desgaste dos vínculos causado pela sobrecarga do cuidado solitário, criando condições para que participem mais ativamente da vida comunitária.

4.2 Educação especializada como porta de inclusão

Garantir não apenas a matrícula, mas a permanência ativa e comunicativa na escola, constitui uma ação de desenvolvimento local (Batista et al., 2023). Na instituição pesquisada, essa dimensão se organiza em dois eixos: a superação de barreiras de comportamento e o preenchimento de lacunas deixadas pela rede regular de ensino.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) auxilia crianças que, ao chegar à instituição, muitas vezes não conseguem seguir orientações

básicas ou manter contato com o ambiente ao redor. Uma mãe relatou ter levado um ano inteiro para que o filho aceitasse permanecer em sala de aula: "Foi um ano para a gente conseguir que ele entrasse na sala de aula para ficar lá" (Usuária 3). Para Silva, Silva e Schütz (2021), o AEE não apenas favorece o desenvolvimento do aluno, mas orienta as famílias e evidencia seus avanços dentro do ensino comum.

O segundo eixo evidencia a ausência de profissionais especializados, como o professor de Libras, na rede pública: "Ele precisa de professor de Libras [...] só aqui que tem" (Usuária 8). Lopes e Mendes (2023) mostram que essa carência é frequente na gestão pública, obrigando famílias a recorrer à justiça para garantir esse direito. Ao suprir essa lacuna, a instituição garante que a criança possa se comunicar, aprender e participar da vida escolar, evidenciando que a inclusão plena, no território estudado, ainda depende da atuação do Terceiro Setor.

4.3 Serviços de saúde que suprem lacunas do sistema público

A instituição oferece atendimento especializado em psiquiatria, neurologia, neuropediatria, genética, ortopedia, otorrinolaringologia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, nutrição, enfermagem, fisioterapia motora, estimulação precoce e psicopedagogia, contando com a única geneticista do estado que atende pelo SUS nesse formato (T1). Usuários relataram longos percursos sem diagnóstico na rede pública, resolvidos apenas após o ingresso na instituição, o que dialoga com Clemente et al. (2022), para quem barreiras territoriais, baixa oferta de especialistas e diagnóstico tardio constituem obstáculos relevantes ao acesso das pessoas com deficiência à saúde.

A comparação entre a APAE e a Unidade de Pronto Atendimento municipal, feita por uma usuária, evidencia essa centralidade: "Se aqui não existisse a APAE, nossos filhos não estariam na miséria [...] Aqui eles atendem muitas coisas, muitas áreas" (Usuária 5). O argumento não é de ausência total do serviço público, mas de sua insuficiência diante da diversidade de deficiências presentes na comunidade, o que exige estrutura multiprofissional. Colovic e Schruoffeneger (2021) chamam esse fenômeno de preenchimento de vazios institucionais pelo Terceiro Setor, destacando que, além do serviço, a organização fortalece o capital social e promove a inclusão de pessoas que, de outra forma, permaneceriam à margem da vida social.

4.4 Limites e potencialidades da atuação institucional no território

As entrevistas revelaram dois limites centrais à atuação da instituição: a rigidez e a instabilidade dos recursos públicos, vinculados a finalidades específicas e não redirecionáveis conforme as necessidades da organização ("Todo recurso público já vem predestinado para alguma coisa [...] pela questão de transparência, de prestação de conta", T1); e a descontinuidade do atendimento a pessoas com deficiência após os 18 anos, quando o financiamento formal vinculado à matrícula escolar se encerra, mesmo que a necessidade de acompanhamento permaneça. Diante dessa lacuna, a instituição criou o Projeto Recomeço, sustentado por recursos próprios e sem garantia de continuidade. Esse padrão é coerente com Almeida (2025), para

quem a dificuldade de construir modelos de financiamento estáveis é um dos desafios persistentes do Terceiro Setor no Brasil, e com Pinto (2019), que aponta a escassez de recursos como o principal obstáculo ao pleno desenvolvimento dessas organizações.

Por outro lado, destacam-se duas potencialidades: a capacidade de captação ativa de recursos, por meio de uma coordenadora dedicada à busca de editais e parcerias, que resultou, por exemplo, na instalação de energia solar na instituição; e o alcance regional dos serviços de saúde, que atendem, via regulação do SUS, os 22 municípios do Território dos Cocais. Essa capacidade de articular diferentes atores, do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil, corresponde ao que Bittencourt (2013) e Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012) identificam como condição para a efetividade das iniciativas de desenvolvimento em múltiplas escalas.

Os limites identificados, a rigidez do financiamento e a descontinuidade do atendimento na fase adulta, não decorrem de falhas de gestão interna, mas de ausências do Estado que recaem sobre a organização (Cirino, 2020). Ainda assim, a APAE de Piripiri opera de forma efetiva como agente de desenvolvimento local, em condições de precariedade financeira que colocam em risco a sustentabilidade de suas ações.

4.5 A percepção do impacto da instituição

A análise das entrevistas evidenciou efeitos concretos da instituição na vida das famílias atendidas: a redução de deslocamentos até a capital para acesso a tratamentos de saúde, o rompimento do isolamento familiar, a formação de vínculos entre pessoas antes desconhecidas e a inserção dos usuários em espaços públicos de convivência.

Antes do atendimento, uma usuária deslocava-se a Teresina "duas, três vezes no mês"; após a vinculação à instituição, esse deslocamento passou a ser anual. Mota e Bousquat (2023) apontam que a concentração de serviços especializados em municípios polo impõe deslocamentos custosos aos moradores do interior, situação que a instituição contribui para reduzir ao oferecer, no próprio território, condições básicas de atenção à saúde da população atendida.

A instituição também aproximou famílias antes isoladas entre si, permitindo a identificação de experiências comuns e o fortalecimento do apoio mútuo (Araújo; Oliveira, 2025), além de promover a participação de seus usuários em espaços comuns de convivência, como shoppings, praias e apresentações artísticas, contrapondo-se à crítica de que instituições como a APAE seriam segregadoras (T3). Para Holanda et al. (2015), pessoas com deficiência frequentemente têm sua vida social restrita ao convívio familiar; a instituição contribui, portanto, para romper esse isolamento e ampliar a participação social de seus usuários.

Por fim, os dados indicam que esse impacto é mais consistente entre quem frequenta a instituição do que na comunidade de Piripiri como um todo, já que parte dos moradores desconhece os serviços oferecidos (T1), o que aproxima a instituição do papel de intermediária entre a população atendida e

o poder público (Torres, 2017), embora ainda distante de parcela significativa da comunidade em geral.

5. Conclusão e Contribuições

Este estudo teve como objetivo geral analisar a contribuição do Terceiro Setor para o desenvolvimento local de um município piauiense, a partir da percepção de trabalhadores e usuários de uma instituição filantrópica, orientando-se por três objetivos específicos: identificar as ações desenvolvidas pela instituição nas dimensões social, educacional e de saúde; examinar seus limites e potencialidades como agente de desenvolvimento local; e verificar a percepção do impacto dessas ações para o município.

Quanto ao primeiro objetivo, os resultados mostraram que a instituição atua de forma integrada nas três dimensões: na social, mediando o acesso a direitos e fortalecendo vínculos familiares fragilizados pela sobrecarga do cuidado; na educacional, favorecendo a permanência escolar e oferecendo profissionais especializados, como o professor de Libras, nem sempre disponíveis na rede pública; e na saúde, por meio de uma estrutura multiprofissional que, com especialidades como genética, neurologia e fonoaudiologia, supre lacunas históricas da rede pública.

Quanto ao segundo objetivo, identificaram-se limites relacionados à rigidez do financiamento público e à descontinuidade do atendimento após a maioridade, ao lado de potencialidades como a capacidade de captação de recursos e o alcance regional dos serviços de saúde, que atendem os 22 municípios do Território dos Cocais.

Quanto ao terceiro objetivo, os relatos convergiram para uma percepção de impacto positivo e concreto: redução de deslocamentos para tratamentos de saúde, rompimento do isolamento social, formação de novos vínculos e maior inserção dos usuários em espaços públicos de convivência. Esse impacto, contudo, mostrou-se mais presente entre as famílias atendidas do que na comunidade de Piripiri como um todo.

Conclui-se que o Terceiro Setor contribui para o desenvolvimento local do município estudado ao assumir funções complementares ao Estado, garantindo às famílias atendidas condições de participação social, educacional e de saúde. A principal contribuição deste estudo está em evidenciar empiricamente esse papel a partir da percepção direta dos sujeitos envolvidos, ampliando a discussão sobre Terceiro Setor e desenvolvimento local no Piauí. Para a sociedade, a pesquisa contribui ao dar visibilidade às dificuldades enfrentadas por famílias de pessoas com deficiência e ao reforçar a relevância de políticas de apoio a instituições filantrópicas.

Como limitação, destaca-se que o estudo foi realizado em uma única instituição e com número restrito de entrevistados, o que impede a generalização dos resultados para outras organizações ou municípios. Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos comparativos entre instituições filantrópicas de diferentes municípios piauienses, bem como investigações voltadas à busca de alternativas de financiamento que assegurem a continuidade dos serviços oferecidos nessas instituições.

Referências

ALMEIDA, Denyse Vasconcelos. O Terceiro Setor no Brasil: uma revisão crítica sobre sua estrutura, atuação e desafios à luz da administração contemporânea. **Revista FT**, v. 29, n. 151, out. 2025.

BATISTA, Márcio Luciano Pereira et al. Comunidade rural do Nordeste brasileiro: um cenário de reflexão para a formulação de políticas de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.57, n. 1, p. e-2022-0160, 2023.

BELEI, Renata Aparecida et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, p. 187–199, jan./jun. 2008.

BITTENCOURT, Bernadete de Lourdes. Políticas de desenvolvimento local sustentável, terceiro setor e inovação social: o caso da região de Aveiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DOUTORANDOS/AS DO CES, 4., 2013, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: FEUC, 2013. p. 1–20.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 ago. 2014.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALISTA, Sarrandra Celestino; TOMAZ, Damares Ismael. A atuação do serviço social na garantia de direitos das crianças com transtorno do espectro autista: desafios e perspectivas no contexto brasileiro. **Revista Foco,** v. 18, n. 5, p. e8721, 2025.

CARDOSO, Vanilson Viana et al. A relação Estado e Terceiro Setor no Brasil: elementos basilares e premências investigativas. Desenvolvimento Regional em **Debate**, v. 10, p. 730–750, 2020.

CIRINO, Luis Felipe Ramos. **A nova regulamentação das organizações da sociedade civil**: impactos da lei nº 13.019/2014. 2020. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CLEMENTE, Karina Aparecida Padilha et al. Barreiras ao acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: uma revisão de escopo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, p. 64, 2022.

COLOVIC, Ana; SCHRUOFFENEGER, Marion. Institutional voids and business model innovation: how grassroots social businesses advance deprived communities in emerging economies. **Management and Organization Review**, v. 17, n. 2, p. 314–343, 2021.

DE ARAUJO, Claudiana Aparecida Leal; THEÓPHILO, Carlos Renato. Análise dos indicadores de desenvolvimento rural do Norte de Minas. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 27, n. 2, 2021.

DE MOURA ARAUJO, Gizelle Nadegi; DE OLIVEIRA, Suenny Fonsêca. Grupo de Famílias Atípicas: uma intervenção voltada para o acolhimento. **Caderno Impacto em Extensão**, v. 5, n. 1, 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista, Curitiba**, n. 24, p. 213–225, 2004.

FERNANDES, Allysson Barbosa et al. Terceiro setor no contexto global contemporâneo. **ARACÊ,** v. 7, n. 3, p. 14304–14316, 2025.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FGV IBRE. **Monitor do PIB Nordeste** — fevereiro de 2023. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2023.

FIETZ, Helena. Espera, cuidado e deficiência: as produções do tempo na trajetória de mães de adultos com deficiência intelectual. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 67, p. e236716, 2023.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Compatibilização entre territórios de desenvolvimento e instâncias de gestão regionais**. Teresina: CEPRO, 2017. (Nota técnica).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOLANDA, Cristina Marques de Almeida et al. Redes de apoio e pessoas com deficiência física: inserção social e acesso aos serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 175–184, 2015.

IIZUKA, Edson Sadao; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; AGUERRE, Pedro. Reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: o caso da bacia do rio Almada (BA). **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1599–1623, nov./dez. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Terceiro setor no Brasil: dados e estatísticas.** Brasília, DF: IPEA, 2025.

KHANNA, Tarun; PALEPU, Krishna. Why focused strategies may be wrong for emerging markets. **Harvard Business Review**, v. 75, n. 4, p. 41–51, 1997.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, p. e280081, 2023.

MADEIRA, Felícia Reicher; BIANCARDI, Miriam Ribeiro. **O desafio das estatísticas do Terceiro Setor**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3–4, p. 177–184, 2003.

MAIR, Johanna; MARTÍ, Ignasi. Entrepreneurship in and around institutional voids: a case study from Bangladesh. **Journal of Business Venturing**, v. 24, n. 5, p. 419–435, 2009.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149–171, 2012.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e territórios. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559–590, 2010.

MAZZI, Regina Aparecida Pereira; MARQUES, Heitor Romero; RIPOLL, Rafael Ravina. **O estado da arte da ciência da felicidade e o desenvolvimento local.** Interações, Campo Grande, v. 23, n. 4, p. 1161–1177, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, p. 61–71, 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. Desafios para a implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma região de saúde: um olhar a partir das dimensões política, organização e estrutura. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, p. e220608pt, 2023.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Mapa das organizações da sociedade civil no Brasil**. São Paulo: OTS, 2023.

PIAUÍ. **Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.** Projeto de Lei nº 237, de 2025. Teresina, 2025.

PIAUÍ. **Governo do Estado do Piauí**. Governador autoriza R$ 9,2 milhões para fortalecer projetos sociais. Teresina, 2025.

PINTO, Natália Lúcia da Silva. Sustentabilidade nas organizações do terceiro setor filiadas à rede Pernambuco voluntário. 2019. Dissertação (Mestrado) 2019.

SANT'ANNA, Alessandra; OLIVEIRA, Francisco. **Desenvolvimento local, ativação social e governança pública.** Interações, Campo Grande, v. 21, n. 3, p. 561–575, jul./set. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENANDES, Joanna Carolo. A e-participação como resposta aos vazios institucionais: uma visão multidimensional. **Revista Gestão & Políticas Públicas,** São Paulo, v. 10, n. 2, p. 291–309, 2020.

SILVA, C. L. M. **Desenvolvimento local e terceiro setor**. 2023. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1301–1325, nov./dez. 2010.

SILVA, Rafael Soares; DA SILVA, Izabel Rodrigues; SCHÜTZ, Jenerton Arlan. As contribuições do AEE para o desenvolvimento das crianças com dificuldades de aprendizagem. **Revista Missioneira,** v. 23, n. 2, p. 23–38, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.